

ARTIGO DOSSIÊ

POLÍTICAS DE CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL E MUSEOLOGIA EM ANGOLA: O LEGADO COLONIAL

CLASSIFICATION POLICIES OF HISTORIC- CULTURAL HERITAGE AND MUSEOLOGY IN ANGOLA: THE COLONIAL LEGACY

FERNANDO TAVARES PIMENTA*

RESUMO

Neste artigo analisamos as políticas de classificação do património histórico-cultural em Angola e, ao mesmo tempo, procuramos fazer um ponto de situação sobre o processo de construção de uma rede museológica nacional angolana. Neste sentido, temos em especial consideração a forma como o Estado Angolano tem utilizado o legado colonial – em termos de património histórico-cultural – no processo de construção de uma identidade nacional unificada, incorporando a memória material do passado colonial no âmago da nação.

PALAVRAS-CHAVE: Património Histórico-Cultural; Museologia; Colonialismo; Identidade Nacional; Angola.

ABSTRACT

In this article we analyze the policies of classification of historical-cultural heritage in Angola and, at the same time, we make a point of situation on the process of building a network of Angolan national museum. In this sense, we in particular consideration to how the Angolan State has used the colonial legacy - in terms of historical-cultural heritage - in the process of building a unified national identity, incorporating the memory material from the colonial past in the heart of the nation.

KEYWORDS: Historic-cultural heritage; Museology; Colonialism; National Identity; Angola.

Introdução

A relação entre património histórico-cultural, museologia e identidade nacional em Angola é um assunto praticamente inexplorado pela historiografia angolana, nomeadamente no que diz respeito à forma como o património de origem colonial tem sido utilizado no processo de construção de uma identidade nacional unificada nessa antiga colónia portuguesa de África. Neste artigo colocamos em perspectiva as políticas de classificação do património histórico-cultural em Angola e, simultaneamente, procuramos fazer um ponto de situação sobre o processo de construção de uma rede museológica nacional. O nosso objectivo é compreender a forma como o Estado Angolano tem empregado o legado colonial – em termos de património histórico-cultural – no processo político-identitário de criação da nação angolana, incorporando a memória material do passado colonial no âmago da identidade nacional. Para além disso, o legado colonial desempenha também um papel de grande relevo no âmbito museológico, uma vez que uma parte substancial dos museus angolanos foi criada no período colonial. Noutros casos, as instituições museológicas, embora tenham sido formalmente criadas depois da independência, foram instaladas em infra-estruturas do período colonial e boa parte dos seus acervos foram reunidos na fase final do período de dominação portuguesa. A museologia angolana reflecte assim, em larga medida, as concepções e opções tomadas pelos museólogos e etnólogos coloniais, eles próprios condicionados pela tutela administrativa e pelos objectivos políticos do Estado colonial, facto com

significativas consequências ao nível da representação da nação e do seu passado.

Mas antes de avançarmos propriamente para a análise das questões patrimonial e museológica, vejamos alguns dados gerais sobre Angola.

Dados gerais de carácter sociodemográfico e histórico

Com uma área total de 1.246.700 quilómetros quadrados, Angola é um dos maiores países da África Austral. O seu território apresenta uma geografia variada, compreendendo climas, vegetações e regiões diferentes. Em termos demográficos, a população angolana está dividida em nove grandes unidades etno-linguísticas africanas: Ovimbundu, Mbundu, Bakongo, Lunda-Quioco, Ganguela, Nhaneca-Humbe, Herero, Okavango e Ovambo. Existem, também, alguns pequenos grupos de bosquimanes Khoisan¹. Para além disso, a ocupação colonial portuguesa trouxe consigo dois novos elementos à matriz populacional angolana: o colono branco – quase sempre português – e o mestiço, produto da miscigenação entre o colonizador europeu e a população negra. Durante o período colonial, a população branca e mestiça residia nas duas cidades “históricas” do país – Luanda, a capital, fundada pelos portugueses em 1576, e Benguela, fundada em 1621 –, bem como noutras urbes fundadas pelos portugueses na costa (Namibe, Lobito) e nos planaltos (Lubango, Huambo, Malange). Um número significativo de colonos habitava também num conjunto de povoações mais pequenas implantadas ao longo das vias férreas (em especial do Caminho de Ferro de Benguela), no Planalto da Huíla ou nas zonas piscatórias do Sul². De referir que o

povoamento das Terras Altas da Huíla, na década de 1880, por colonos provenientes da ilha da Madeira foi porventura a empresa de colonização que maior sucesso teve entre todas as tentativas de colonização demográfica feitas pelos portugueses em África, logrando criar uma comunidade branca auto-suficiente e perfeitamente enraizada no solo africano. Durante várias décadas, os colonos madeirenses coabitaram – mas não se misturaram – com uma outra comunidade branca não portuguesa, formadas por algumas centenas de bóeres, provenientes do Cabo (África do Sul), e que residiram na Huíla entre 1880 e 1928.³

Em 1974, nas vésperas da independência de Angola, a minoria branca tinha cerca de 330.000 efectivos, ou seja representava mais de 5% do total da população angolana, que se situava nos seis milhões de habitantes. No entanto, a forma violenta como decorreu o processo de descolonização conduziu ao êxodo maciço da maioria dos brancos em 1975.⁴ Relativamente à população mestiça, a maior parte permaneceu no território depois da independência, tendo formado o núcleo duro do partido no poder, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).⁵

A este respeito, devemos assinalar que o processo de construção de Angola independente foi severamente marcado pela guerra. Primeiramente a guerra de independência contra os portugueses, que levou à formação de movimentos nacionalistas rivais e divididos por linhas regionais, étnicas, ideológicas e religiosas. Três foram os principais movimentos nacionalistas africanos: a União dos Povos de Angola (UPA), posteriormente designada de Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a

União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Depois da assinatura do acordo de independência, em 15 de Janeiro de 1975, estes movimentos envolveram-se numa violenta guerra civil, agravada pelo envolvimento de forças militares estrangeiras, nomeadamente zairenses, cubanas, sul-africanas, bem como de mercenários e de instrutores militares americanos, soviéticos e chineses. Um envolvimento externo que deve ser compreendido no contexto mais vasto da Guerra Fria. A FNLA foi vencida militarmente pelo MPLA no final da década de 1970. Mas a guerra entre MPLA e a UNITA prolongou-se de forma intermitente até 2002, terminando com a vitória final do MPLA.⁶ Para além de divisões políticas e de rivalidades pessoais entre membros das cúpulas dirigentes dos dois movimentos, esta longa guerra civil reflectiu identidades e entendimentos políticos diferentes do que era (ou deveria ser) a nação angolana. MPLA e UNITA são efectivamente o produto de segmentos muito distintos da sociedade angolana. Senão vejamos.

O MPLA foi criado por volta de 1960 por um conjunto de nacionalistas mestiços e negros assimilados provenientes das principais cidades, em especial de Luanda. Alguns brancos também aderiram ao movimento, mas a sua cúpula dirigente permaneceu sempre predominantemente mestiça e urbana, de língua e cultura portuguesas, bem como católica, ainda que instrumentalmente tenha usado durante algum tempo a retórica marxista para adquirir maiores apoios internacionais. Além disso, ao longo dos anos, o MPLA foi cooptando alguns negros para a sua estrutura política, de forma a adquirir uma maior legitimidade nacionalista aos olhos da maioria negra.⁷ E, nas zonas rurais, o MPLA apoiou-se fundamentalmente na população Mbundu, cujo

território étnico se situa no *binterland* de Luanda, em especial nas Províncias do Bengo e do Kwanza Norte, e que sempre manteve fortes relações com os colonizadores portugueses. Em 1975, o MPLA conseguiu obter o controlo político e militar de Luanda, bem como das principais cidades e da zona petrolífera de Cabinda. Tendo derrotado primeiro a FNLA e, mais tarde, a UNITA, o MPLA tornou-se numa espécie de Partido-Estado, governando o país desde a independência.⁸

Por sua vez, a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola – foi criada em meados da década de 1960 por um grupo de jovens negros do Planalto Central, nomeadamente pelo seu carismático líder, Jonas Savimbi, um ovimbundo de formação protestante, mais concretamente congregacionista. Com uma forte filiação étnica, a UNITA contou sempre com o apoio do maior grupo etno-linguístico angolano, os Ovimbundu. Por isso, a UNITA conseguiu resistir durante décadas ao esforço militar do MPLA, acusando o movimento no poder em Luanda de ser meramente um partido de “crioulos”, ou seja de filhos de colonos, sem ligação à maioria da população africana negra⁹. Em 2002, na sequência da morte de Jonas Savimbi,¹⁰ a UNITA, enfraquecida militarmente e não dispendo dos apoios externos de outros tempos, nomeadamente dos Estados Unidos da América (EUA), assinou um acordo de paz com o governo do MPLA, tornando-se desde então um partido exclusivamente político, com assento parlamentar, mas sem influência efectiva no processo de governação.¹¹

Políticas de Classificação do Património Histórico-Cultural

É no âmbito do quadro acima delineado que devemos entender as políticas de classificação do património histórico-cultural encetadas pelo Estado Angolano. Claramente, a guerra civil acarretou uma significativa destruição de património e impossibilitou durante bastante tempo a concretização de políticas adequadas de protecção patrimonial. Mas a forte componente identitária do conflito teve também importantes consequências ao nível das políticas estatais relativas à classificação do património. Senão vejamos.

A análise estatística dos dados relativos aos monumentos e sítios registados oficialmente como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola¹² no início de 2017 indica o seguinte:

1º – Há duzentos e oito monumentos e sítios formalmente registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola; um número ainda reduzido, tendo em conta a dimensão do território angolano, mas em franco crescimento, havendo novos sítios classificados todos os anos. Aliás, em declarações à imprensa, em 19 de Abril de 2017, a Ministra da Cultura de Angola, Carolina Cerqueira, referiu haver “um total de 265 monumentos identificados” e “mais de dois mil monumentos e sítios inventariados”¹³.

2º – A Província de Luanda reúne a maioria dos monumentos e sítios registados: oitenta e sete, ou seja 41,9% do total. Como tal, há uma maior concentração de património classificado precisamente na área de maior implantação política do partido no poder, o MPLA, mas que é também a zona de mais antiga colonização portuguesa.

3º – Benguela é a segunda Província com o maior número de monumentos e sítios registados: trinta, ou seja 14,4%. Seguem-se as Províncias de Bengo (5,8%), Uíge (5,8%), Huíla (4,8%) e Kwanza-Norte (4,8%).

4º – As Províncias do Huambo e do Bié – que constituem o coração do território habitado pela etnia Ovimbundu (ou seja, a principal base social da UNITA) – apresentam um número irrelevante (1% e 0,5% respectivamente) de monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura. De facto, no Huambo há apenas dois monumentos registados como tal e no Bié apenas um. O mesmo se passa com as Províncias de Moxico (0,5%) e do Kuando-Kubango (0,5%), situadas no extremo Leste e Sudeste de Angola.

5º – Em termos de periodização, há uma clara preponderância dos monumentos e sítios registados relativos ao período colonial: cento e sessenta e seis, ou seja 79,8%. Trata-se de fortalezas, palácios, igrejas, edifícios em estilo colonial, enfim, todo um património edificado que remete directamente para o período da colonização portuguesa. Nalgumas províncias, o legado colonial representa a totalidade do património classificado. Assim, o Bié, o Huambo, o Kuando-Kubango, o Kwanza Norte, a Lunda Sul, Malange e Moxico só apresentam património classificado de origem colonial. Outro caso é da Província da Huíla, que reúne um conjunto apreciável de monumentos relacionados com a história da colonização branca no Sul de Angola, nomeadamente o Cemitério Boer da Humpata e a Estátua do Cristo-Rei do Lubango. O Cristo-Rei do Lubango é uma enorme estátua dedicada a Jesus Cristo, de braços abertos, erguida a 2.100 metros de altitude no cimo da serra da Chela, sobranceira

à cidade do Lubango, capital da Huíla. A estátua foi concebida na década de 1950, pelo engenheiro português Frazão Sardinha, tendo sido classificada como monumento por decreto executivo 29/14, de 10 de Fevereiro de 2014. Actualmente, o Ministério da Cultura de Angola está a tentar obter o seu reconhecimento como património mundial, sendo que o processo de classificação já está a ser estudado por um conjunto de especialistas da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A este respeito, é de referir que o único sítio classificado como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO é o centro histórico de Mbanza-Kongo, na Província do Zaire. Um caso singular no panorama angolano, que reúne monumentos dos períodos pré-colonial e colonial, nomeadamente um conjunto de construções do século XVI e as ruínas da antiga Sé Episcopal.¹⁴

6º – Os monumentos e sítios registados relativos ao período pré-colonial são em número reduzido: vinte e seis, ou seja 12,5%. Desse conjunto, dezassete estão na Província de Benguela e dizem respeito a sítios arqueológicos. Com efeito, o passado pré-colonial é remetido para o campo da arqueologia e da antropologia, não havendo por enquanto uma aposta política forte na classificação e preservação dos vestígios materiais dos povos africanos que habitavam o território angolano antes da chegada dos portugueses. Mbanza-Kongo é a este nível uma excepção. Esta situação poderá ser explicada pelo facto de se temer que uma “excessiva valorização” do passado pré-colonial possa de alguma forma contribuir para uma maior divisão da população angolana segundo linhas étnicas, contrariando assim a estratégia unificadora da nação seguida pelo governo do MPLA.

7º – Os monumentos e sítios registados relativos ao período pós-colonial são em número exíguo: apenas dois, ou seja menos de 1%. Ambos estão localizados em Luanda, sendo um dedicado à memória do primeiro Presidente da República Popular de Angola, António Agostinho Neto.

8º – Os monumentos e sítios registados relativos à história da escravatura são raros: apenas 3, ou seja 1,4%. Dois estão situados em Cabinda e o outro na Província do Bengo. Como tal, apesar da escravatura ter constituído um dos fenómenos mais marcantes da história angolana, os seus vestígios materiais da ainda não foram objecto de particular atenção por parte das autoridades.

9º – Os monumentos e sítios registados referentes à resistência africana ao colonialismo e à luta anticolonial são em número bastante limitado: onze, ou seja 5,3%. Desse conjunto, a maioria está concentrada na Província do Cunene (63,6%). Neste caso, o governo angolano optou por valorizar um caso muito específico de resistência à ocupação colonial: a luta dos Cuanhama, do grupo Ovambo, contra a ocupação portuguesa. Uma resistência que aconteceu no extremo Sul de Angola, no Cunene, por parte de um grupo étnico muito reduzido do ponto de vista demográfico e que não constitui uma ameaça à hegemonia interna do MPLA. Além disso, a preservação dos espaços relativos à história dos Reis Pastores Cuanhama (Mandume, etc.) pode ser encarada como uma forma de contentar as franjas da população angolana que reclamam a herança africana e a luta contra o colonialismo. Pelo contrário, não é dada atenção à história da resistência ovimbundo à colonização portuguesa, registando-se uma quase ausência de sítios e monumentos classificados na área umbundo do Planalto Central.¹⁵

Claramente, o facto da maioria dos monumentos e sítios históricos registados como património pertencerem ao período colonial tem significativas consequências ao nível do processo de construção da identidade nacional angolana. Isto porque há uma clara incorporação do passado colonial na identidade nacional angolana. Por outro lado, a aposta governamental na preservação das memórias materiais do colonialismo português é reveladora da identidade do grupo detentor do poder em Angola, ou seja do MPLA, cuja base social – e sobretudo a sua elite dirigente dita crioula¹⁶ – é predominantemente aculturada à cultura portuguesa. É reveladora também de uma estratégia de unificação cultural da nação levada a cabo por essa elite desde a independência.

De facto, o MPLA tem sido o principal promotor da divulgação da língua e da cultura de expressão portuguesa em Angola, obrigando as populações do interior a aprender e a falar português. A imposição da língua portuguesa funciona também como um instrumento de poder por parte do governo, minando as possibilidades de desenvolvimento de identidades locais e regionais assentes nas línguas africanas. O mesmo acontece em termos de política de classificação e de preservação do património histórico e cultural. Ao privilegiar a preservação do património de origem colonial, o Estado Angolano, controlado pelo MPLA, oferece à nação angolana uma visão unificadora do seu passado, em detrimento da história específica de cada um dos grupos etno-linguísticos que formam a maioria negra. Trata-se certamente de uma visão muito parcelar da nação, mas que tem um alcance político notável. No fundo, essa elite, em larga medida produto da colonização portuguesa, consegue projectar o seu passado e a sua história no todo nacional, reduzindo assim a identidade

nacional à sua própria identidade enquanto grupo hegemónico. As políticas de classificação e de preservação do património histórico-cultural estão assim no cerne da estratégia do governo do MPLA de construção do Estado-Nação em Angola.

Museus de Angola: uma visão de conjunto

Tal como a política de classificação do património histórico-cultural, a questão museológica foi particularmente influenciada pela guerra civil. Durante muito tempo o conflito não permitiu o desenvolvimento de uma rede museológica nacional e uma parte substancial dos museus ainda hoje existentes tiveram a sua origem no período colonial. Por outro lado, a maior concentração de museus em Luanda reflecte a situação política vigente em Angola, dado que a capital constitui o principal bastião político do MPLA. Ao invés, no resto do país é perceptível a escassez de estruturas museológicas, havendo contudo alguns importantes museus de âmbito regional, para além do afamado Museu do Dundo. Dito isto, na última década, nota-se um esforço assinalável por parte do governo angolano no sentido da reabilitação dos museus já existentes. Aliás, em 2015, o governo angolano anunciou querer instituir um sistema nacional de museus – uma Rede Angolana dos Museus – de forma a valorizar, preservar e garantir a fruição do património cultural pelos angolanos. Espera-se portanto um crescimento do número de museus, sobretudo nas cidades do interior. Por enquanto, contudo, essa rede museológica assenta em bases lançadas no período colonial. Mas vejamos então os principais museus de Angola.

A Província de Luanda concentra vários dos principais museus angolanos, nomeadamente: o Museu Nacional de História Natural de Angola, o Museu Nacional de Antropologia, o Museu Nacional de História Militar e o Museu Nacional da Escravatura.

O Museu Nacional de História Natural de Angola localiza-se no Largo do Kinaxixe em Luanda. É o principal herdeiro do antigo Museu de Angola,¹⁷ fundado pelos portugueses em 1938, na Fortaleza de São Miguel de Luanda. O Museu de Angola contou inicialmente com secções de etnografia, história, zoologia, botânica, geologia, economia e arte. Anexos ao museu, foram criados uma biblioteca e o arquivo histórico colonial. Em 1956 o museu foi mudado para o edifício actual, o qual foi construído de raiz por ordem das autoridades coloniais. Após a independência o seu espólio foi dividido por vários museus entretanto criados, sendo que o Museu Nacional de História Natural herdou o edifício da instituição colonial. O Museu tem três andares e alberga amplos salões onde estão expostos exemplares empalhados de mamíferos, peixes, cetáceos, insectos, répteis e aves, em especial de espécies representativas da fauna angolana. Os espaços estão decorados e ambientados de forma a tentar reproduzir o *habitat* dessas espécies. O espólio do museu inclui, também, vastas e ricas colecções de moluscos, de borboletas e de conchas.

O Museu Nacional de Antropologia localiza-se no bairro dos Coqueiros, na cidade de Luanda. Fundado em Novembro de 1976, o Museu Nacional de Antropologia foi a primeira instituição museológica criada após a independência de Angola ocorrida um ano antes. No entanto, a maior parte do seu espólio proveio do ex. Museu de Angola. O Museu Nacional de Antropologia tem como objectivos a recolha,

investigação, conservação, valorização e divulgação do património cultural angolano. Para o efeito, dispõe de quatorze salas distribuídas por dois andares que abrigam peças tradicionais, designadamente utensílios agrícolas, de caça e pesca, fundição do ferro, instrumentos musicais, jóias, peças de pano feitos de casca de árvore e fotografias dos povos khoisan. Para além do seu núcleo permanente, o museu recebe também diversas exposições temporárias.

O Museu Nacional de História Militar está instalado na Fortaleza de São Miguel de Luanda, localizada no antigo monte de São Paulo, actualmente denominado Morro da Fortaleza. Foi a primeira fortificação a ser erguida em Luanda, no século XVI, durante o governo de Paulo Dias de Novais, tendo sido primeiramente construída em taipa e adobe. Mais tarde, a fortaleza serviu de Depósito de Degredados, tendo sido classificada como Monumento Nacional por Decreto Provincial de 2 de Dezembro de 1939. Durante anos foi sede do Museu de Angola, mas após a independência, mais precisamente em 31 de Julho de 1978, foi transformada em Museu Central das Forças Armadas Angolanas. Em 4 de Abril de 2013, a estrutura museológica foi reinaugurada como Museu Nacional de História Militar. Do seu acervo fazem parte, entre outras peças, um canhão usado nas guerras de ocupação colonial, as estátuas da rainha Njinga Mbandi e do navegador português Diogo Cão, as armas usadas durante a guerra civil e na guerra contra a África do Sul e as biografias, com fotos, dos principais dirigentes angolanos que lutaram pela independência.

O Museu Nacional da Escravatura localiza-se no Morro da Cruz, na cidade de Luanda. Dedicado à memória da escravidão, foi criado em

1977 pelo Instituto Nacional do Património Cultural, com o objectivo de dar a conhecer a história da escravatura em Angola. O museu está instalado na antiga propriedade do Capitão de Granadeiros D. Álvaro de Carvalho Matoso, Cavaleiro da Ordem de Cristo, tendo a sua sede na Capela da Casa Grande (século XVII), local onde os escravos eram baptizados antes de embarcarem nos navios negreiros rumo ao continente americano. O museu reúne e expõe centenas de peças utilizadas no tráfico dos escravos. Num certo sentido, esta instituição museológica procura compensar a escassez de património classificado relativo ao fenómeno da escravatura, que é assim remetido para o espaço fechado – e controlado – do museu.

De referir ainda que a capital angolana tem outras duas instituições museológicas de alguma relevância, mais precisamente o Museu da Força Aérea Nacional e a Casa-Museu Óscar Ribas. O primeiro foi inaugurado a 29 de Janeiro de 2012 e tem por objecto a história da Força Aérea Angolana, dispondo para o efeito de arquivos fotográficos e objectos que retratam as missões, as perspectivas e a razão da criação desse ramo das Forças Armadas. A Casa-Museu Óscar Ribas, fundada em 1983, foi reaberta ao público em 2008, depois de ter sido submetida a obras de restauro. O seu objectivo consiste em preservar, divulgar e investigar os testemunhos da vida social, cultural e literária do escritor e etnólogo Óscar Ribas. Entre as nove salas de exposições, destacam-se as colecções de medalhas, de moedas de vários países, objectos de usos e ritos tradicionais angolanos, quadros de instituições espíritas brasileiras, gramofone, literatura em braille, rádio, depósitos de jornais, quadros religiosos, obras

literárias com mais de cem anos e outros objectos vindos de Portugal herdados da família paterna desse etnólogo.

Fora de Luanda, as poucas instituições museológicas existentes estão dispersas por algumas das principais cidades. Assim, em Benguela existe o Museu Nacional de Arqueologia, que foi criado em 1976. O museu funciona num edifício dos séculos XVII/XVIII, onde os escravos eram armazenados temporariamente até serem exportados para o continente americano em navios negreiros. Depois do fim do tráfico transatlântico de escravos, o edifício passou a pertencer à Alfândega de Angola. Actualmente, o Museu Nacional de Arqueologia controla quarenta e sete estações arqueológicas e guarda oito mil cento e dezoito objectos. Na vizinha cidade do Lobito funciona um importante Museu de Etnografia. O Museu de Etnografia do Lobito foi criado em 1969 por iniciativa privada de um grupo de colonos portugueses, ligados às artes e à cultura angolana, tendo tido o apoio da Câmara Municipal do Lobito. Depois de um período conturbado subsequente à independência, o museu adquiriu uma maior projecção, passando a receber peças etnológicas de várias partes do país. Actualmente possui mais de mil e quinhentas peças; cinquenta das quais representativas da cultura Lunda-Cokwe do Leste de Angola.

No Lubango localiza-se o Museu Regional da Huíla, fundado em 1957 com a designação original de Museu de Sá da Bandeira. Inicialmente contava apenas com duas exposições etnográficas portuguesas. Gradualmente, o acervo foi sendo substituído por peças angolanas. Hoje tem cerca de duas mil peças etnográficas, das quais trezentas em exposição, na sua maioria recolhidas nas décadas de 1950 e de 1960 nas

províncias do Kuando Kubango, Namibe e Huíla. O museu faz uma forte aposta na divulgação dos costumes, tradições e crenças dos habitantes do Sul de Angola. O museu conta também com uma coleção fotográfica com mais de duas mil fotografias e uma outra bibliográfica. A instituição possui ainda um conjunto de peças deixadas pelos colonos portugueses que colonizaram aquela região do país, nomeadamente duas estátuas gigantes de dois militares e administradores coloniais, João de Almeida e Artur de Paiva.

Nas cidades do Huambo e de Cabinda existem outros dois museus regionais com alguma importância. O Museu Regional do Huambo foi criado em 1948 pela então Câmara Municipal de Nova Lisboa com o objectivo de recolher dados de carácter etno-museológico e conhecimentos dos usos e costumes da região do Planalto Central, nomeadamente da população ovimbundu. O museu subsiste nos dias de hoje, mas sem a expectável projecção nacional, tendo em conta que o Huambo chegou a constituir a segunda maior cidade do país no final do período colonial. O Museu Regional de Cabinda é dedicado à história do povo do Enclave de Cabinda, estando estruturado em três salas que descrevem as tradições pré-coloniais, o tempo colonial e a tradição de feitiço. Uma quarta sala apresenta objectos de uso diário. Actualmente no museu estão representados acervos que simbolizam o poder tradicional, objectos de uso doméstico, bem como representações de aspectos etnográficos, antropológicos e da história da região. De salientar ainda a musealização da antiga residência real dos reis do Congo, em Mbanza-Kongo, na Província do Zaire. De facto, após a independência, a residência tornou-se no Museu do Reino do Congo. Mas o recinto

permaneceu encerrado durante anos devido ao conflito armado, tendo reaberto de forma definitiva em 2007, após beneficiar de obras de restauro, passando a designar-se então de Museu dos Reis do Congo.

No entanto, a mais importante instituição museológica existente fora da capital angolana é o Museu Regional do Dundo. Localizado na capital da Província da Lunda Norte, o Museu Regional do Dundo foi criado em 1936 pela então denominada Companhia de Diamantes de Angola (Diamang). Foi seu fundador o antropólogo cabo-verdiano Augusto Mesquitela Lima, neto do governador de Cabo Verde, Bernardo Mesquitela. Foi a primeira instituição do género criada em Angola. Em 1942 adoptou a designação de Museu Etnológico, tendo permanecido um dos mais importantes museus do território até à independência em 1975. Durante a guerra civil, o museu conheceu um período de um certo “abandono” e até de encerramento. Mas em 2014 o Museu Regional do Dundo reabriu as portas com visíveis melhoramentos no seu edifício central e nas estruturas externas e dispendo de salas de exposição melhor apetrechadas e novas vitrinas para exibição das peças. O museu possui quatorze salas de exposições (doze permanentes, uma temporária e outra de folclore) e uma colecção de cerca de dez mil peças; oitocentas e dezoito das quais estão expostas a tempo inteiro. O acervo foi quase todo recolhido durante o período colonial. As diferentes áreas do museu descrevem a vida quotidiana, cultural e a organização político-social dos povos Lunda/Cokwe, tendo uma biblioteca com cerca de trinta e cinco mil livros ligados, sobretudo, à etnografia, arqueologia, filosofia, biologia e história natural. Uma sala multimédia está preparada para projecção de

filmes, fornecendo as mais variadas informações sobre os habitantes do Leste de Angola, a qual se junta um laboratório de biologia.

Mundialmente conhecido pelo seu espólio em arte Lunda/Cokwe, o Museu Regional do Dundo apresenta como grande atracção as célebres máscaras Mwana Pwo (Jovem Mulher), em exibição na sala reservada às Artes e Actividades Lúdicas. Existe ainda uma grande variedade de outras máscaras lúdicas, máscaras de dança Mukixi, instrumentos musicais tradicionais, cintos de dança femininos, jogos e esculturas em madeira, como por exemplo estatuetas representando bailarinos ou mulheres repousando, etc. O acervo compreende igualmente milhares de fotografias e outra documentação relativa à vida cultural das populações do Leste de Angola e centenas de relatórios dos diferentes serviços da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), cobrindo detalhadamente cerca de meio século da ocupação colonial da área.¹⁸

Feito o ponto da situação da rede museológica angolana, pela descrição sucinta das principais instituições museológicas do país, podemos dizer que o legado colonial assume ainda hoje um papel bastante relevante no campo da museologia em Angola. Isto mesmo é visível pela permanência de instituições museológicas criadas pelos colonizadores, pela utilização de espaços e de infra-estruturas construídos pelos portugueses e pela exposição de acervos que em larga medida foram reunidos na fase final do período colonial. As escolhas dos colonizadores no campo museológico continuam portanto a condicionar a situação museológica actual em Angola. Isto é, as instituições, os edifícios e os acervos são em grande parte dos casos os mesmos que foram deixados pelos colonizadores, facto particularmente visível fora de Luanda (por

exemplo, nos museus do Lobito, da Huíla, do Huambo, do Dundo). Mas mesmo na capital são notórias as continuidades com o período colonial, pois muitos dos museus existentes ou são fruto da divisão do antigo Museu de Angola (casos do Museu Nacional de História Natural e do Museu de Antropologia) ou estão instalados em edifícios históricos do período colonial (por exemplo, o Museu Nacional de História Militar).

Neste contexto, a debilidade dos progressos efectuados depois da independência no sentido da construção de uma rede museológica nacional, a museologia angolana reflecte em boa medida as concepções e as opções tomadas pelos museólogos e pelos etnólogos coloniais, eles próprios condicionados pela tutela administrativa e pelos objectivos políticos do Estado colonial, facto com significativas consequências ao nível da representação da nação e do seu passado. A representação museológica do passado angolano, a salvaguarda – senão mesmo a criação – da sua memória colectiva e da sua identidade nacional ainda é feita com o recurso às estruturas, aos instrumentos e aos entendimentos herdados do período colonial. Assim, o “olhar do colonizador” marca ainda hoje a percepção que os angolanos têm da sua história e da sua identidade enquanto nação.

De facto, os museus figuram entre os principais guardiões da memória colectiva e da identidade cultural dos povos, transformando-se em escolas de transmissão de conhecimentos sobre os hábitos e os costumes das comunidades, mas também em agentes de produção dessas mesmas memórias e identidades por via da representação formal que fazem do passado. Tal como foi definido por Benedict Anderson, o museu é um utensílio poderoso no processo político-social de “imaginação da

nação”¹⁹. Da mesma forma, o monumento ou, de uma forma mais genérica, o património histórico-cultural é um elemento fundamental na criação do imaginário próprio de uma comunidade ou de uma nação, da sua memória e da sua identidade, condicionando largamente a visão que uma dada população tem da sua história. No caso angolano, é deveras significativo o peso do legado colonial em termos de património histórico-cultural oficialmente classificado pelo Ministério da Cultura. E é também muito relevante o papel desse mesmo legado colonial no campo da museologia. Neste sentido, mais de quatro décadas volvidas sobre a independência de Angola, a memória colectiva da nação angolana, a representação formal do seu passado e da sua história, a própria identidade nacional continua a ser substancialmente condicionada pela colonização portuguesa.

Anexo I

Lista de Monumentos e Sítios Classificados como Património Histórico-Cultural pelo Ministério da Cultura de Angola no início de 2017

Província do Bengo

1- Fortaleza da Muxima (Séculos XVI-XVII), Situada na Comuna da Muxima, na margem direita do Rio Kwanza.

2- Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Muxima (Século XVII), Situada na Comuna da Muxima, na margem direita do Rio Kwanza.

3- Zona Histórica da Muxima, Núcleo Urbano da antiga Vila da Muxima.

4- Fortaleza do Ambriz (Século XVIII), Situada na sede do Município do Ambriz.

5- Casa dos Escravos (Século XVIII), Situada no Município do Ambriz.

6- Edifício da Antiga Câmara Municipal do Ambriz (Séculos XIX–XX), Situado na parte antiga da sede no Município do Ambriz.

7- Igreja de Nossa Senhora de Santana (Século XIX), Situada na parte velha da Cidade de Caxito/Dande.

8- Challet (Séculos XIX–XX), Situado em Caxito, no interior da Açucareira Heróis de Caxito.

9- Igreja de São José (Século XIX), Situada na parte velha do Município do Ambriz.

10- Zona Histórica do Ambriz, Núcleo Urbano da antiga Vila de Ambriz.

11- Local onde nasceu o Dr. António Agostinho Neto, Situado na Comuna de Kaxicane/Catete.

12- Morro do Twenze (Santa-Dya-Mongwa), Sudoeste do Dombe, Comuna da Muxima.

Província de Benguela

1- Igreja de Nossa Senhora do Pópulo (Século XVIII), Situada no centro da cidade de Benguela.

2- Fortaleza de São Sebastião do Egito (Século XIX), Situada na povoação do Egito.

3- Palácio Velho de Benguela (Séculos XVIII–XIX), Situado na parte velha da Cidade, na Avenida Marginal.

4- Reduto de São Pedro de Katumbela (Século XIX), Situado na entrada da Comuna da Katumbela.

5- Zona Histórica de Benguela, Abrange uma parte do Núcleo Urbano da Cidade, à volta do edifício da antiga Alfândega de Benguela.

6- Edifício do Antigo Cabo Submarino (Século XIX), Situado na parte velha da Cidade de Benguela.

7- Edifício da Antiga Estação dos Caminhos-de-Ferro (Século XIX), Situado em Benguela.

8- Edifício da Sede da Companhia do Açúcar de Angola (Século XIX), Situado na parte velha da Cidade de Benguela.

9- Zona Histórica da Katumbela, Abrange as construções e locais situados nas margens esquerda e direita do Rio Katumbela.

10- Edifício da Antiga Alfândega de Benguela (Século XIX),
Situado na parte velha da cidade de Benguela.

11- Complexo Arqueológico de Mormolo, Situado na área do Vale do Rio Uche.

12- Complexo Arqueológico de Benguela, Situado a nordeste da Baía-Farta.

13- Estação Arqueológica da Ponta das Vacas, Situada a Leste da Baía Farta.

14- Complexo Arqueológico de Cachama, Situado a Sudoeste da Baía-Farta.

15- Complexo Arqueológico do Dungo, Situado a Sudoeste da Baía-Farta.

16- Complexo Arqueológico do Pima, Situado a Sudoeste da Baía-Farta.

17- Complexo Arqueológico da Tchimalavera, Situado a Sudoeste da Baía-Farta.

18- Complexo Arqueológico da Chipupa, Situado a Sudoeste da Baía-Farta.

19- Estação Arqueológica da Pumbala, Situada a Nordeste da Vila do Alto Katumbela.

20- Pinturas Rupestres de Tchitandalucua, Situadas nos arredores de Dombe Grande.

21- Pinturas Rupestres Hôndio, Situadas na encosta Nordeste da Serra do Hôndio.

22- Estação Arqueológica do Sombreiro, Situada a Sul de Benguela.

23- Estação Arqueológica do Chitondo, Situada a Sudoeste do Dombe Grande.

24- Estação Arqueológica do Cimo, Situada na margem direita do Rio Cimo.

25- Estação Arqueológica do Abrigo 1 da Ganda, Situada a Sudoeste da Ganda.

26- Estação Arqueológica do Lue, Situada a Sudoeste da Ganda, na Encosta da Ganda.

27- Estação Arqueológica de Tchitovava, Situada a norte da Vila do Alto Katumbela.

28- Edifício da Administração Comunal da Katumbela (Século XIX), Situado no centro da sede da Comuna da Katumbela.

29- Hospital Central de Benguela (Século XIX), Situado no centro da Cidade de Benguela.

30- Chalet Chiquito (Século XIX), Situado na parte antiga da Vila de Katumbela.

Província do Bié

1- Edifício da Antiga Estação Telegráfica e Postal (Séculos XIX–XX), Situado na antiga Vila General Machado.

Província de Cabinda

1- Igreja de São Tiago de Lândana (Século XX), Situada em Lândana.

2- Local de Concentração de Escravos, Situado a 2.500 metros da Sede Comercial de Malembo, em Chinfuca.

3- Sítio Histórico de Embarcação de Escravos, Situado a 2.500 metros da Sede Comercial de Malembo, em Malembo.

Província do Cunene

1- Túmulo do Rei Mandume, Local onde está sepultado o Rei dos Kwanyamas (Cuanhama).

2- Ombala Grande do Reino do Humbe, Centro Político do Reino do Humbe.

3- Sítio Histórico do Vau do Pembe, Local da Histórica Batalha do Kuamato em 25 de Setembro de 1904.

4- Sítio Histórico do Mufile, Local da Batalha do Mufile em 27 de Agosto de 1907.

5- Ombala Grande do Rei Shetekele, Centro Político do Reino Kuamato.

6- Sítio Histórico do Môngua, Local da Batalha do Môngua em 20 de Agosto de 1915.

7- Ombala Grande do Rei Mandume, Centro Político do Reino Kwanyama (Cuanhama).

Província do Huambo

1- Fortaleza General Cabral Moncada (Século XIX), Situada na área de Kissala.

2- Praça António Agostinho Neto (Século XX, antiga Praça Manuel de Arriaga), Situada no centro da cidade do Huambo, compreendendo o Palácio do Governador, o edifício das Direcções

Provinciais, o edifício do Governo, a Delegação das Finanças, o edifício dos Correios e Telecomunicações e o Gabinete de Estudos e Plano.

Província da Huíla

1- Edifício do Antigo Palácio do Governo (Século XIX), Situado na Cidade do Lubango, Rua Dr. Agostinho Neto n° 5.

2- Igreja da Missão da Huíla (Século XIX), Situada no Município do Lubango.

3- Edifício da Antiga Câmara Municipal (Século XIX), Situada na Cidade do Lubango, na antiga Rua Câmara Leme.

4- Barracões, Situados no Bairro da Comuimuila, na margem direita do Rei Caculuvar, e a 8 quilómetros a Este da Cidade do Lubango.

5- Edifício da 1.ª Estação dos Caminhos-de-Ferro do Lubango (Século XIX), Situado na Cidade do Lubango, na Praça Cerqueira Almirante.

6- Edifício “Hamilton Lopes” (Século XIX), Situado no Lubango, na Rua do Centro de Emprego.

7- Zona Histórica do Lubango, Núcleo urbano da Cidade.

8- Cemitério Boer (Século XIX), Situado no interior da Fazenda Jamba no Município da Humpata.

9- Estátua do Cristo Rei do Lubango (Século XX), Situada na Serra da Chela, sobranceira à cidade do Lubango.

10- Igreja da Sé Catedral do Lubango (Século XX), Situada no Lubango, tendo por orago São José.

Província do Kuando-Kubango

1- Forte de Menongue (Século XIX), Situado na Comuna de Missombe, a cerca de 15 quilómetros da Sede Municipal.

Província do Kwanza Norte

1- Fortaleza de Masanganu (Século XVI), Situada na comuna de Masanganu.

2- Igreja de Nossa Senhora da Victória de Masanganu (Século XVI), Situado na comuna de Masanganu.

3- Ruínas de Antigas Construções (Século XVI), Tribunal, Cadeia, Paços do Concelho, Igreja e Hospital da Misericórdia e Cemitério, situadas em Masanganu.

4- Ruínas da Fortaleza de Kambambe (Século XVII), Situadas em Kambambe na margem direita do rio Kuanza.

5- Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Kambambe (Século XVII), Situadas em Kambambe na margem direita do rio Kuanza.

6- Ruínas de Antigas Construções (Séculos XVI-XIX), Feitura, Residência de Oficiais, Paços do Concelho, Casa da Guarda, Cadeia e Cemitérios, situadas em Kambambe na margem esquerda do rio Kuanza.

7- Ruínas da Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras (Século XVII), Situadas em Kahangu (ex. Nova Oeiras).

8- Zona Histórica da Cidade do Dondo, Núcleo urbano da antiga Vila do Dondo.

9- Igreja de São João Baptista (Século XX), Situada na Cidade de Ndalatando.

10- Ruínas da Missão de Santo António de Kahenda (Século XVII), Situadas a cerca de 5 quilómetros do Município da Samba-Caju.

Província do Kwanza Sul

1- Fortim do Kikombo (Século XVII), Situado em Kikombo cerca de 13 quilómetros a Sul da cidade do Sumbe.

2- Pinturas Rupestres de Ndalambiri, Situadas no alto de um morro na antiga aldeia de Ndalambiri.

3- Fortaleza do Sumbe (Século XVIII), Situada na parte velha da cidade do Sumbe.

4- Zona Histórica do Sumbe, Núcleo primitivo da cidade que compreende as construções e áreas do eixo da Fortaleza do Sumbe.

5- Challet Araújo (Século XIX), Situado na parte velha da cidade do Sumbe.

Província de Luanda

1- Estátua a Pedro Alexandre da Cunha (Monumento Comemorativo), Situado no pátio da Fortaleza de São Miguel.

2- Ermida de Nossa Senhora da Nazaré (Século XVII), Situada na parte baixa da cidade, com fachada voltada para a Avenida 4 de Fevereiro.

3- Fortaleza de São Pedro da Barra (Séculos XVII–XVIII), Situada no morro de Kasandana no Município do Sambizanga.

4- Fortaleza de São Miguel (Séculos XVI-XVII), Situada no Morro de S. Paulo à entrada da Ilha de Luanda.

5- Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Século XVII), Situada na Rua Tipografia Mamã Titã.

6- Igreja dos Jesuítas (Século XVII), Situada na parte alta da cidade no Largo do Palácio.

7- Igreja de Nossa Senhora do Cabo (Século XVII), Situada na Ilha de Luanda.

8- Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (Século XVII), Situada na parte baixa da cidade, na Rua Rainha Ginga.

9- Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia (Século XVII), Situada na parte alta da cidade, na Rua 17 de Setembro.

10- Poço da Maianga do Rei (Século XVI), Situado na margem esquerda da Rua da Samba.

11- Poço da Maianga do Povo (Século XVIII), Situado entre as Ruas da Revolução de Outubro e João Seca, na Maianga.

12- Edifício da Antiga Alfândega de Luanda (Século XVIII-XIX), Situado na parte baixa da cidade na Rua Visconde Pinheiro.

13- Rua dos Mercadores, Situada na parte baixa da cidade, entre o beco da Sé e a Rua Manuel Cerveira Pereira.

14- Igreja de São José do Calumbo (Século XVIII), Situada na comuna de Calumbo Viana na margem esquerda do rio Kuanza.

15- Edifício Seiscentista (Sobrado), Situado no largo do Infante D. Henrique (Baleizão) n°s 14/17.

16- Edifício de Sobrado (Século XIX), Situado no Largo Lumeji n°s 10/13.

17- Palácio de Ferro (Século XIX), Situado na Rua Major Kanhangulu n°s 45/53.

18- Edifício Setecentista (Casa do MPLA), Situado entre as Ruas Higínio Aires n° 8/12 e Pedro Félix Machado n°s 29/31.

19- Edifício Mendes Valladas (Século XVIII), Situado entre as Ruas do Esquadrão n° 12/32, da Alfândega n°s 24/28 e o Largo ex-D. João IV n°s 26/33.

20- Edifício do Museu Nacional de Antropologia (Casa Nobre do Século XVIII), Situado na parte baixa da cidade, na Rua Frederich Engels n°s 57/61.

21- Edifício do Hospital Josina (Século XIX), Situado no Largo Josina Machel.

22- Edifício do Instituto de Meteorologia (Século XIX), Situado na parte alta da cidade, na Rua 17 de Setembro.

23- Palácio do Governo Provincial (Século XIX), Situado no Largo Irene Cohen n°s 1/7.

24- Edifício de Sobrado (Século XVIII), Situado na Rua Frederich Engels n°s 106/108.

25- Edifício da Antiga Estação dos Caminhos-de-Ferro da Cidade Alta (Século XIX), Situado na Maianga, Rua João Rodrigues.

26- Edifício do Jornal de Angola (Século XIX), Situado na Rua Rainha Ginga n°s 12/18.

27- Edifício dos Antigos Serviços de Estatísticas (Século XIX), Situado na Calçada Domingos Teaka Hanga n° 1.

28- Residência Típica Colonial (Século XIX), Situado no Largo Lumeji n°s 6/7.

29- Casa Nobre (Século XVIII), Situada na Rua Fernando Brique n°s 44/52.

30- Edifício de Sobrado (Século XVII), Situado na Rua Major Kanhangulu n° 196/210.

31- Edifício de Sobrado (Séculos XVIII-XIX), Situado na Rua 17 de Setembro n° 25.

32- Edifício de Sobrado (Século XVIII), Situado na Rua Frederich Engels n°s 98/104.

33- Casa Típica (Século XIX), Situada na Rua Frederich Engels n°s 39/41.

34- Edifício de Sobrado (Século XIX), Situado na Rua Major Kanhangulu n°s 86/90.

35- Casa Típica (Século XIX), Situada na Rua Frederich Engels n°s 16/18.

36- Edifício (Século XVIII–XIX), Situado na Rua Amilcar Cabral n°s 26/38.

37- Edifício de Sobrado (Século XVIII), Situado na Avenida 4 de Fevereiro n° 230 (área de Bailezão).

38- Palácio das Comunicações (Século XIX–XX), Situado na Rua da Alfândega n°s 6/14.

39- Casa Nobre (Século XVIII), Situada no Largo Brassane Leite n° 10/13.

40- Casa Típica (Século XIX), Situada no Largo Matadi n°s 6/9.

41- Challet (Século XIX), Situado no Largo Matadi n°s 10/12.

42- Edifício (Século XIX), Situado na Rua Rainha Ginga n°s 34/40.

43- Edifício de Sobrado (Século XIX), Situado na Rua Rainha Ginga n°s 42/50.

44- Conjunto Arquitectónico (Século XIX), Situado na Rua Dr. Alfredo Trony n°s 90/108, 41147, 49/57, e 59/67.

45- Edifício (Século XIX), Situado na Rua Serqueira Lukoki n°s 90/108.

46- Conjunto Arquitectónico, Situado na Rua Dr. Alfredo Trony n°s 2/10, 12/20 e 26/32.

47- Edifício de Sobrado (Séculos XVIII-XIX), Situado na Rua Alberto Lemos n°s 1/3.

48- Edifício de Sobrado (Século XIX), Situado na Rua Rainha Ginga n°s 49/51.

49- Edifício de Mabilio de Albuquerque (Século XIX), Situado na Rua Major Kanhangulu n°s 23/27-A.

50- Edifício de Sobrado (Séculos XVIII-XIX), Situado na Travessa da Sé n°s 18/28.

51- Edifício de Sobrado (Século XIX), Situado entre o Largo Brassane Leite n°s 49/51 e a Rua Major Kanhangulu n°s 1/1-A.

52- Edifício (Século XIX), Situado na Rua Rainha Ginga n°s 54/56.

53- Edifício (Século XIX), Situado na Rua Neves Ferreira n°s 21/37.

54- Conjunto Arquitectónico, Situado entre o Largo David Cervant (Kituva-Kitelexide) e a Rua Tenente Valadim n°s 7/11 e 17/29.

55- Fortaleza de São Francisco do Penedo (Séculos XVII-XVIII), Situada no Bungo (Bairro Boavista) e junto ao Porto de Luanda.

56- Antigo Liceu Salvador Correia (Século XX), Situado na Rua Lenine n° 79.

57-Antigo Atlantic Palace Hotel (Séculos XIX-XX), Situado na Rua Major Kanhangulu n°s 92/94.

58- Antigo Grande Hotel Luanda (Século XX), Situado na Rua Manuel Cerveira Pereira n° 19.

59- Edifício de Sobrado (Século XIX), Situado na Calçada Domingos Teaka Hanga n°s 3/5.

60- Edifício do Instituto Nacional do Património Cultural (Século XIX), Situado na Rua Major Kanhangulu n°s 77/79.

62- Edifício do Clube Transmontano (Século XIX), Situado entre a Rua Pedro Félix Machado e a Calçada Paiva de Andrade n° 2.

63- Casa Típica (Século XIX), Situada na Rua Frederich Engels n° 86.

64- Edifício da Companhia Geral de Angola (Século XX), Situado no Largo do Bailezão n°s 2/4-A.

65- Edifício (Século XX), Situado na Rua Amílcar Cabral n°s 79/85.

66- Antiga Boate Dom Quixote (Século XX), Situada na Rua Major Kanhangulu n°s 63/65.

67- Casa Típica (Século XX), Situada na Rua Major Kanhangulu n° 172/174.

68- Edifício da Lello (Século XIX), Situado na Rua Major Kanhangulu n°s 4/10.

69- Antigo Edifício dos Bombeiros (Século XIX), Situado na Avenida 4 de Fevereiro n° 74.

70- Conjunto Arquitectónico (Século XVIII), Situado no Largo do Bailezão n.ºs 5/8,9/10,12/13.

71- Edifício (Séculos XVIII-XIX), Situado entre as Ruas Rainha Ginga n.ºs 33/37 e Amílcar Cabral.

72- Zona Histórica de Luanda, Abrange as partes alta e baixa da cidade.

73- Ruínas de Cabo Lombo (Séculos XVII-XVIII), Situadas no Bairro Benfica, a cerca de 17 quilómetros da cidade de Luanda.

74- Edifício do Museu da Escravatura (Século XVIII), Situado no Morro da Cruz a cerca de 20 quilómetros da Cidade de Luanda pela Estrada Luanda – Sumbe.

75- Edifício do Cine Teatro Nacional (Século XX), Situado na Rua 1.º Congresso do MPLA n.ºs 20/24.

76- Edifício da Igreja Metodista Unida (Século XX), Situado na Travessa da Muxima s/n.º.

77- Palácio do Governo (Séculos XVII-XIX), Situado na parte alta da cidade, no Largo do Palácio.

78- Edifício Sede do Banco Nacional de Angola (Século XX), Situado na Avenida 4 de Fevereiro.

79- Edifício da Antiga Fábrica de Acetileno (Séculos XVII-XVIII), Situado na Avenida 4 de Fevereiro.

80- Mulemba Wacha Ngola – Marco Histórico, Situado no Bairro Ngola Kiluange, Município do Sambizanga, Rua da Petrangol a cerca de 12 quilómetros do centro da cidade de Luanda.

81- Casa do Dr. António Agostinho Neto (Século XX), Situada no Bairro Operário, Município do Sambizanga, Rua 20 – S.O.

82- Marco Histórico do 4 de Fevereiro, Situado no Município do Cazenga.

83- Edifício (Séculos XVIII–XX), Situado na Rua Pedro Felix Machado n° 19/27.

84- Cemitério do Alto das Cruzes (Século XIX), Situado no Bairro Patrice Lumumba.

85- Estátua do Presidente António Agostinho Neto, Situado no Largo da Independência.

86- Antigo Porto Cais de Luanda, Situado na Avenida 4 de Fevereiro, em frente à sede do Banco de Poupança e Crédito.

87 – Local da Batalha de Kifangondo, Situado em Kakuako e a cerca de 20 quilómetros da cidade de Luanda.

Província da Lunda Norte

1- Estação Arqueológica de Bala-Bala, Classificada pelo Despacho n° 25-A, de 18 de Abril de 1995.

2- Edifício dos C.T.T. (Século XX), Situado no Município do Chitato.

3- Edifício do Palácio do Governo (Século XX), Situado no Município do Chitato.

Província da Lunda Sul

1- Antiga Sede do Governo (Século XX), Situada na rua principal da cidade de Saurimo.

2- Edifício da Residência Actual do Governador (Século XX), Situado na Cidade de Saurimo.

3- Edifício da Residência dos Antigos Funcionários da Administração Pública (Século XX), Situado na cidade de Saurimo.

4- Edifícios dos C.T.T (Século XX), Situados na cidade de Saurimo.

5- Residência do Chefe dos Correios (Século XX), Situada na cidade de Saurimo.

6- Residência do Chefe da Delegação da Companhia de Diamantes (Século XX), Situada na cidade de Saurimo.

7- Edifício da Delegação da Companhia de Diamantes de Angola (Século XX), Situado na cidade de Saurimo.

8- Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (Séculos XIX-XX), Situada em Saurimo.

Província de Malanje

1- Ruínas do Fortim de Kabatukila (Séculos XIX-XX), Situadas na falésia da baixa de Kassanje.

2- Igreja da Missão Evangélica do Kessua (Séculos XIX-XX), Situado no Kessua a cerca de 10 quilómetros da cidade de Malanje.

3- Ruínas do Presídio de Duque de Bragança (Século XIX), Situadas em Malanje (Duque de Bragança).

Província de Moxico

1- Ruínas do Forte de Kameya (Século XIX-XX), Situadas em Kameya.

Província de Namibe

1- Fortaleza de Kapagombe (Século XIX), Situada em Kapangombe, no sopé da Serra da Chela.

2- Zona Histórica do Namibe (Moçâmedes), Abrange toda a parte antiga da cidade estabelecida no Plano de Urbanização da Cidade.

3- Palácio do Governo (Século XIX), Situado na parte alta da cidade do Namibe.

4- Fortaleza de São Fernando (Século XIX), Situada na cidade do Namibe.

5- Igreja de Santo Adrião (Século XIX), Situada na cidade do Namibe.

6- Inscrições da Torre do Tombo, Situadas junto da Baía do Namibe.

7- Edifício da Alfândega do Namibe (Século XIX), Situado na parte baixa da cidade do Namibe na rua da Praia do Bonfim.

8- Pinturas e Gravuras Rupestres de Citundo-Hulo, Situadas no município da Virei, a cerca de 150 quilómetros a Sudoeste da cidade do Namibe.

9- Pinturas Rupestres de Macahama, Situadas na área do Caraculo a 21 quilómetros de Giraulo e a 60 quilómetros da cidade do Namibe.

Província do Uíge

1- Ruínas da Fortaleza de São José do Nkoji (Século XVIII), Situadas no Nkoji.

2- Ruínas da Igreja de São José do Nkoji (Século XVIII), Situadas no Nkoji.

3- Fortaleza do Mbembe (Século XIX), Situada no Bembe.

4- Ruínas do Fortim de Kiseke (Século XX), Situadas no Kiseke.

5- Edifício do Hotel do Uíge (Século XX), Situado na Rua Presidente Agostinho Neto.

6- Edifício (Século XX), Situado na Rua Presidente Agostinho Neto nº11.

7- Edifício (Século XX), Situado na Rua Presidente Agostinho Neto nº 17/19.

8- Edifício (Século XX), Situado na Rua Comércio nº 17.

9- Edifício (Século XX), Situado na Rua Comércio nº 20/26.

10- Edifício (Século XX), Situado na Rua Comércio nº 28.

11- Edifício (Século XX), Situado na Rua Comércio nº 94.

12- Pinturas Rupestres de Kisadi, Situadas em Kisadi; Comuna da Cabala a 15 quilómetros do Negage.

Província do Zaíre

1- Ruínas da Antiga Sé Episcopal (Século XVI), Situadas em Mbanza-Kongo.

2- Zona Histórica de Mbanza-Kongo, Abrange uma parte do antigo Núcleo Urbano, nomeadamente construções do século XVI, sepulturas e vestígios de edificações antiga.

3- Antiga Residência dos Reis do Kongo (Séculos XIX–XX), Situada em Mbanza-Kongo.

4- Antigo Porto de Pinda (Séculos XVI-XVIII), Situado a 17 quilómetros da Vila do Soyo.

Anexo II
Estatística

Quadro 1: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola no início de 2017

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	26	12,5%
Período Colonial	166	79,8%
Escravidura	3	1,4%
Resistência Africana/Anticolonialismo	11	5,3%
Período Pós-Colonial	2	1%
Total	208	100%

Quadro 2: Distribuição provincial dos monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola no início de 2017

Província	Pré-Colonial	Colonial	Escravidura	Resistência Africana	Pós-Colonial	Total
Bengo	1	9	1	1	-	12
Benguela	17	13	-	-	-	30
Bié	-	1	-	-	-	1

Cabinda	-	1	2	-	-	3
Cunene	-	-	-	7	-	7
Huambo	-	2	-	-	-	2
Huíla	-	10	-	-	-	10
Kuando - Kubango	-	1	-	-	-	1
Kwanza Norte	-	10	-	-	-	10
Kwanza Sul	1	4	-	-	-	5
Luanda	1	81	-	3	2	87
Lunda Norte	1	2	-	-	-	3
Lunda Sul	-	8	-	-	-	8
Malanje	-	3	-	-	-	3
Moxico	-	1	-	-	-	1
Namibe	2	7	-	-	-	9
Uíge	1	11	-	-	-	12
Zaire	2	2	-	-	-	4
Total Angola	26	166	3	11	2	208

Quadro 3: Distribuição provincial dos monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola no início de 2017

Província	Pré-Colonial	Colonial	Escravidão	Resistência Africana	Pós-Colonial	Total
Bengo	3,8%	5,4%	33,3%	9,1%	-	5,8%
Benguela	65,6%	7,8%	-	-	-	14,4%
Bié	-	0,6%	-	-	-	0,5%
Cabinda	-	0,6%	66,7%	-	-	1,4%
Cunene	-	-	-	63,6%	-	3,4%
Huambo	-	1,2%	-	-	-	1%
Huíla	-	6,0%	-	-	-	4,8%
Kuando-Kubango	-	0,6%	-	-	-	0,5%
Kwanza Norte	-	6,0%	-	-	-	4,8%
Kwanza Sul	3,8%	2,4%	-	-	-	2,4%
Luanda	3,8%	49%	-	27,3%	100%	41,9%

Lunda Norte	3,8%	1,2%	-	-	-	1,4%
Lunda Sul	-	4,8%	-	-	-	3,8%
Malanje	-	1,8%	-	-	-	1,4%
Moxico	-	0,6%	-	-	-	0,5%
Namibe	7,7%	4,2%	-	-	-	4,3%
Uíge	3,8%	6,6%	-	-	-	5,8%
Zaire	7,7%	1,2%	-	-	-	1,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 4: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Bengo

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	1	8,3%
Período Colonial	9	75%
Escravidura	1	8,3%
Resistência Africana/Anticolonialismo	1	8,3%
Período Pós-Colonial	-	-
Total	12	100%

Quadro 5: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província de Benguela

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	17	56,7%
Período Colonial	13	43,3%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	30	100%

Quadro 6: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Bié

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	1	100%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	1	100%

Quadro 7: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província de Cabinda

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	1	33,3%
Escravidura	2	66,7%
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	3	100%

Quadro 8: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Cunene

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	-	-
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	7	100%
Período Pós-Colonial	-	-
Total	7	100%

Quadro 9: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Huambo

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	2	100%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	2	100%

Quadro 10: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província da Huíla

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	10	100%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	10	100%

Quadro 11: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Kuando-Kubango

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	1	100%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	1	100%

Quadro 12: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Kwanza Norte

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	10	100%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	10	100%

Quadro 13: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Kwanza Sul

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	1	20%
Período Colonial	4	80%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	5	100%

Quadro 14: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província de Luanda

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	1	1,1%
Período Colonial	81	93,1%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	3	3,5%
Período Pós-Colonial	2	2,3%
Total	87	100%

Quadro 15: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província da Lunda Norte

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	1	33,3%
Período Colonial	2	66,7%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	3	100%

Quadro 16: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província da Lunda Sul

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	8	100%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	8	100%

Quadro 17: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província de Malanje

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	3	100%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	3	100%

Quadro 18: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Moxico

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	-	-
Período Colonial	1	100%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	1	100%

Quadro 19: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Namibe

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	2	22,2%
Período Colonial	7	77,8%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	9	100%

Quadro 20: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Uíge

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	1	8,3%
Período Colonial	11	91,7%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	12	100%

Quadro 21: Monumentos e sítios registados como património histórico-cultural pelo Ministério da Cultura de Angola – Província do Zaíre

Período / Fenómeno Histórico	Valores Absolutos	Percentagem
Período Pré-Colonial	2	50%
Período Colonial	2	50%
Escravidura	-	-
Resistência Africana/Anticolonialismo	-	-
Período Pós-Colonial	-	-
Total	4	100%

Notas

* Docente do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (DHEEAA/FLUC) e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20-UC) e do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (IPRI/NOVA). Doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (2007), tem trabalhado fundamentalmente em história contemporânea de Portugal, história do colonialismo e da descolonização portuguesa em África, anticolonialismo, pós-colonialismo e identidades nacionais, história das relações internacionais, memória e património histórico-cultural, história local e regional. Entre as obras publicadas destacam-se os seguintes livros: *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961* (Coimbra, Minerva, 2005), *Angola. Os Brancos e a Independência* (Porto, Afrontamento, 2008), *Elites e Poder Municipal no Portugal Rural* (Coimbra: Areias do Tempo/Câmara Municipal de Soure, 2010) *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975* (Porto, Afrontamento, 2010), *Storia Politica del Portogallo Contemporaneo* (Firenze, Le Monnier/Mondadori, 2011), *República e Colonialismo na África Portuguesa* (Porto, Afrontamento, 2012),

Descolonização de Angola e de Moçambique. O comportamento das minorias brancas (Goiânia, Editora UFG, 2015).

<https://orcid.org/0000-0003-2212-1658>

¹ REDINHA, J. **Distribuição étnica da Província de Angola**. Luanda: C.I.T.A., 1970.

² AMARAL, I. do. **Aspectos do povoamento branco de Angola**. Lisboa: JIU, 1960.

CERVINO PADRÃO, F. **A colonização do Sul de Angola, 1485-1974**. Lisboa: Gráfica Europam, 1997. Cf. PIMENTA, F. T. **Branços de Angola**. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961. Coimbra: Minerva, 2005.

³ MEDEIROS, C. A. **A colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1976.

⁴ PIMENTA, F. T. “Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)”, **Revista Portuguesa de História**, Tomo 48, 2017, pp. 99-104.

⁵ PACHECO, C. **MPLA: um nascimento polémico**. Lisboa: Vega, 1997; MATEUS, D. C. **A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Mem Martins: Inquérito, 1999.

⁶ PEARCE, J. **A Guerra Civil em Angola, 1975-2002**. Lisboa: Tinta da China, 2017.

⁷ Cf. PIMENTA, F. T. **Angola no Percurso de um Nacionalista**. Conversas com Adolfo Maria. Porto, Afrontamento, 2006.

⁸ MAKEBO TALI, J. **Dissidências e poder de Estado**. MPLA perante si próprio, 1962-1977 (2 volumes). Luanda: Editorial Nzila, 2001.

⁹ HEYWOOD, L. **Contested Power in Angola: 1840s to the Present**. Rochester: University of Rochester Press, 2000.

¹⁰ SAVIMBI, J. P. G. **Vida e Morte**. Lisboa: Bertrand, 2002.

¹¹ SOARES DE OLIVEIRA, R. **Magnífica e Miserável**. Angola Desde a Guerra Civil. Lisboa: Tinta-da-China, 2015.

¹² Veja-se o Anexo I (Lista dos Monumentos e Sítios Classificados como Património Histórico-Cultural pelo Ministério da Cultura de Angola) e o Anexo II (Estatística). Os dados são do Instituto Nacional do Património Cultural (INPC) do Ministério da Cultura de Angola, tendo sido objecto de divulgação internacional através dos serviços consulares angolanos. Cf. http://consulatgeneralangola-paris.org/paginas/monumentos_reg_angola_luanda.htm.

¹³ <https://www.verangola.net/va/pt/042017/CulturaEducacao/7992/>. Sublinhe-se que se trata de números que carecem de confirmação oficial por parte dos serviços competentes do Ministério da Cultura, nomeadamente do Instituto Nacional do Património Cultural de Angola.

¹⁴ O Centro Histórico de Mbanza-Kongo foi declarado Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 8 de Julho de 2017. Cf. <https://www.dn.pt/lusa/interior/centro-historico-de-mbanza-congo-entra-na-lista-de-patrimonio-da-unesco-8622596.html>.

¹⁵ PÉLISSIER, R. **História das Campanhas de Angola: Resistência e Revoltas, 1845-1941** (2 vols.). Lisboa: Estampa, 1997.

¹⁶ FERNANDES DE OLIVEIRA, M. A. **Luanda**. Ilha crioula. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

¹⁷ Sobre o Museu de Angola veja-se em especial a seguinte publicação: MUSEU DE ANGOLA. **Colecção Etnográfica**. Luanda: Imprensa Nacional, 1955.

¹⁸ Sobre o Museu Regional do Dundo veja-se: PORTO, N. **Angola a Preto e Branco**. Fotografia e Ciência no Museu do Dundo. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 1999; PORTO, N. **Modos de Objectificação da Dominação Colonial** – O caso do Museu do Dundo, 1940-1970. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

¹⁹ ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2012.